

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 166, DE 2015 (MENSAGEM Nº 352, DE 2014)

Aprova o texto do Acordo Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010.

Autora: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Relator: Deputado RUBENS BUENO

I - RELATÓRIO

Vem a este Órgão Colegiado o projeto de decreto legislativo em epígrafe, elaborado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que “aprova o texto do Acordo Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010”.

O projeto dispõe, ainda, em seu parágrafo único, que os atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional.

Os Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Educação sublinham, na Exposição de Motivos encaminhada à então Presidente da República, que o Acordo é o primeiro instrumento a ser assinado entre os dois países no campo da cooperação educacional, estabelecendo

como compromisso principal fomentar as relações entre os países, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades. A cooperação objeto desse compromisso internacional poderá incluir, entre outras iniciativas, o intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores, além de programas e projetos desenvolvidos pelos Ministérios de Educação de ambas as Partes contratantes, incluindo programas de bolsas de estudos oferecidos de acordo com as legislações internas.

Outrossim, afirma o Poder Executivo, a assinatura do Acordo está em conformidade com a promoção do desenvolvimento por meio do estímulo à educação de qualidade, da promoção da língua portuguesa, e da aproximação entre os países em desenvolvimento, especialmente no Oriente Médio.

O texto do Acordo dispõe sobre a cooperação mútua no campo da educação, estabelecendo as atividades a serem desenvolvidas (estímulo à cooperação, intercâmbio de pessoas e de conhecimentos, promoção de eventos etc.), os atores envolvidos (professores, pesquisadores, estudantes, gestores educacionais etc.), o financiamento dessas atividades e o reconhecimento e a revalidação de diplomas e títulos acadêmicos entre as Partes contratantes.

Tramitando na Comissão de Educação, a matéria recebeu parecer pela aprovação, de lavra do ilustre Deputado Helder Salomão.

A matéria é de competência do Plenário e tramita em regime de urgência (RICD, art. 151, I, j).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos regimentais, manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2015.

O art. 84, VIII, da Constituição Federal, outorga competência ao Presidente da República para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, ressalvando sempre o referendo do Congresso Nacional. Já o art. 49, I, da mesma Carta Política, nos diz que é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

Nesse sentido, está na atribuição do Poder Executivo assinar o presente Acordo, bem como compete ao Congresso Nacional sobre ele decidir, sendo o projeto de decreto legislativo a proposição adequada.

Nenhum óbice foi encontrado na proposição legislativa e no texto do Acordo em análise. Ambos se encontram em consonância com as disposições constitucionais vigentes, especialmente com os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil, disciplinados no art. 4º da Constituição Federal.

De outra parte, o projeto de decreto legislativo ora examinado é bem escrito e respeita a boa técnica legislativa.

Assim, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e pela boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado RUBENS BUENO
Relator